

**BANCO TRICURY S.A.
CNPJ 057.839.805/0001-40**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 30 de junho de 2021 e 2020.**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Banco Tricury S.A. relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. As Demonstrações Contábeis se referem à instituição individual.

Neste 1º. semestre de 2021, as operações do Banco Tricury se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis.

A carteira de crédito encerrou o 1º. semestre de 2021 em R\$ 316.757 mil, os recursos captados em R\$ 346.328 mil, o Patrimônio Líquido em R\$ 244.739 mil e o Lucro Líquido em R\$ 10.657 mil.

O Banco Tricury manteve a sua linha de atuação com foco na alta liquidez, com índice de Basileia de 50,93% e índice de liquidez corrente de 3,16.

A política de gestão corporativa está alinhada com as melhores práticas de mercado, sempre na busca do aprimoramento do modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e princípios da ética, da transparência, do respeito e da responsabilidade na condução dos negócios.

No 1º. semestre de 2021 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior.

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios.

São Paulo, 23 de agosto de 2021.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A. (“Banco”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 20, o Banco possui operações com partes relacionadas de relações interdependências financeiras no montante de R\$ 369 mil, depósito a prazo no montante de R\$ 92.526 mil e incorreu em despesas com captação com partes relacionadas no montante de R\$ 1.326 mil e empréstimos no montante de R\$ 18.370 mil e incorreu receita de R\$ 664 mil. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 09 de março de 2021 continha parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto descrito na seção acima “Ênfase”.

Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2020

As demonstrações contábeis do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 25 de setembro de 2020 continha parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto descrito na seção acima “Ênfase”.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2021.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**
(Em milhares de reais)
A T I V O

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO CIRCULANTE	460.116	484.994
Disponibilidades	109	241
Instrumentos Financeiros	414.974	428.729
. Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 3)	217.683	266.392
. Títulos e valores mobiliários (nota 3)	-	6.616
. Operações de crédito (nota 4)	197.291	155.721
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.387)	(2.408)
. (-) Operações de crédito (nota 5)	(3.387)	(2.408)
Ativos fiscais correntes (nota 6)	1.209	3.263
Outros valores e bens (nota 8)	39.276	49.030
Outros Ativos (nota 9)	7.935	6.139
ATIVO NÃO CIRCULANTE	141.186	155.136
Realizável a longo prazo	140.924	154.825
Instrumentos Financeiros	119.466	136.183
. Operações de crédito (nota 4)	119.466	136.183
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.529)	(1.671)
. (-) Operações de crédito (nota 5)	(1.529)	(1.671)
Ativos fiscais diferidos (nota 7)	2.389	2.016
Outros Ativos (nota 9)	20.598	18.297
Imobilizado de Uso	986	986
Intangível	98	98
(-) Depreciações e Amortizações	(822)	(773)
TOTAL DO ATIVO	601.302	640.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	30/06/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE	145.455	134.106
Depósitos e demais instrumentos financeiros	135.984	110.401
. Depósitos (nota 10)	19.551	12.554
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 11)	115.689	97.103
. Obrigações por repasses (nota 12)	744	744
Provisões (nota 13)	2.747	2.453
Obrigações fiscais correntes (nota 14)	6.217	14.243
Outros Passivos (nota 15)	507	7.009
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	211.088	266.057
Depósitos e demais instrumentos financeiros	211.088	266.057
. Depósitos (nota 10)	180.012	220.337
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 11)	31.076	45.720
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20	105
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 21)	244.739	239.862
. Capital social	215.000	189.000
. Reservas de lucros	25.395	50.862
. Lucros acumulados	4.344	-
TOTAL DO PASSIVO	601.302	640.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	27.515	28.165
. Operações de crédito	24.549	23.105
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.966	5.060
Despesas da intermediação financeira	(6.622)	(7.699)
. Operações de captação no mercado	(4.738)	(6.741)
. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 5)	(1.884)	(958)
Resultado bruto da intermediação financeira	20.893	20.466
Outras receitas/despesas operacionais	(12.241)	(10.456)
. Receitas de prestação de serviços	110	190
. Rendas de tarifas bancárias	38	60
. Despesas de pessoal (nota 16)	(5.880)	(6.187)
. Outras despesas administrativas (nota 17)	(3.178)	(2.147)
. Despesas tributárias	(1.326)	(1.182)
. Outras receitas operacionais	140	194
. Outras despesas operacionais	(2.145)	(1.384)
Resultado operacional	8.652	10.010
Resultado não operacional (nota 19)	6.430	7.729
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.082	17.739
Imposto de renda e contribuição social (nota 18)	(4.425)	(8.155)
Lucro líquido do semestre	10.657	9.584
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	27,57	24,79

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**BANCO
TRICURY**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do semestre	10.657	9.584
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>10.657</u>	<u>9.584</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
1o. Semestre de 2021					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	189.000	3.505	47.357	-	239.862
Aumento de capital:					-
Com reservas de lucros	26.000	(3.505)	(22.495)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	10.657	10.657
Destinações:					
Reserva legal	-	533	-	(533)	-
Dividendos (R\$ 1,24 por lote de mil ações)	-	-	-	(480)	(480)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.300)	(5.300)
Saldos em 30 de junho de 2021	215.000	533	24.862	4.344	244.739
Mutações do 1o. semestre de 2021	26.000	(2.972)	(22.495)	4.344	4.877
1o. Semestre de 2020					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	189.000	2.308	33.469	-	224.777
Lucro líquido do semestre	-	-	-	9.584	9.584
Destinações:					
Reserva legal	-	479	-	(479)	-
Dividendos (R\$ 0,93 por lote de mil ações)	-	-	(360)	-	(360)
Saldos em 30 de junho de 2020	189.000	2.787	33.109	9.105	234.001
Mutações do 1o. semestre de 2020	-	479	(360)	9.105	9.224

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do semestre	10.657	9.584
Depreciações e amortizações	49	42
Provisão/(reversão) para créditos de liquidação duvidosa	837	958
Lucro líquido ajustado do semestre	11.543	10.584
(Aumento) em operações de crédito	(24.853)	(23.321)
Redução em ativos fiscais correntes	2.054	804
(Aumento) em ativos fiscais diferidos	(373)	(383)
Redução em outros valores e bens	9.754	14.477
(Aumento) em outros ativos	(4.097)	(15.291)
Aumento/(redução) em depósitos	(33.328)	76.055
Aumento/(redução) em recursos de letras de crédito imobiliário	3.942	(4.079)
(Redução) em obrigações por repasses	-	(487)
Aumento em provisões	294	1.501
Aumento/(redução) em obrigações fiscais correntes	(8.026)	4.981
Aumento/(redução) em outros passivos	(6.502)	134
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(85)	(177)
Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	(61.220)	54.214
Aquisição de imobilizado de uso	-	(79)
Aquisição de intangível	-	(14)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	-	(93)
Dividendos pagos	(480)	(360)
Juros sobre o capital próprio	(5.300)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(5.780)	(360)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(55.457)	64.345
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	273.249	252.558
No fim do semestre	217.792	316.903
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(55.457)	64.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. (“Banco” ou “Instituição”) transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 – 17º. Andar – cj 171, CEP 01311-000, São Paulo/SP, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através das Resoluções CMN nº 4.720/19 e nº 4818/20, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 foram aprovadas pela Administração em 23 de agosto de 2021.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à

conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”; e

c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados “pro rata dia” e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.3. Ativos fiscais diferidos

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Ativos fiscais diferidos” com reflexo no resultado do período.

2.2.4. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

2.2.5. Redução do valor recuperável de ativos

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.6. Provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010.

a. Contingências ativas: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem contingências ativas para 30 de junho de 2021;

b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os passivos contingentes classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.7. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.9. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020 e a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei 14.183 de 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da Contribuição Social de 20% para 25% com vigência de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 e alíquota de 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

2.2.10. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

2.2.12. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são a seguir demonstrados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2020</u>
Disponibilidades	109	241	42
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	217.683	266.392	310.509
Títulos e valores mobiliários (b)	-	6.616	6.352
Caixa e equivalentes de caixa	<u>217.792</u>	<u>273.249</u>	<u>316.903</u>

(a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses, e estão compostos como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	15.020	15.012
- Letras do Tesouro Nacional	190.594	239.341
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	12.069	12.039
Total	<u>217.683</u>	<u>266.392</u>

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são livres e correspondem a cotas do fundo de investimentos Safra Absoluto 30 FIC Multimercado, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Durante o semestre não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa 2.2.2.

4. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operações	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	197.291	155.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.387)</u>	<u>(2.408)</u>
	193.904	153.313
Ativo não circulante		
Empréstimos e títulos descontados	119.466	136.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.529)</u>	<u>(1.671)</u>
	117.937	134.512
Total	<u>311.841</u>	<u>287.825</u>

b) Por atividade econômica	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Setor privado		
Indústria	52.588	32.276
Comércio	10.817	14.718
Serviços	224.022	215.471
Pessoas físicas	<u>29.330</u>	<u>29.439</u>
Total	<u>316.757</u>	<u>291.904</u>

c) Por faixa de vencimento	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer		
De 1 a 180 dias	122.338	90.483
De 181 a 365 dias	73.402	64.573
Acima de 365 dias	<u>119.466</u>	<u>136.183</u>
	315.206	291.239
Vencidas		
De 1 a 30 dias	419	156
De 31 a 90 dias	-	20
De 91 a 180 dias	1.132	-
De 181 a 365 dias	<u>-</u>	<u>489</u>
	1.551	665
Total	<u>316.757</u>	<u>291.904</u>

5. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operações de crédito

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do semestre/exercício	4.079	5.985
Provisão constituída/(reversão)	1.884	(1.906)
Valores baixados para prejuízo	<u>(1.047)</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>4.916</u>	<u>4.079</u>

Durante o semestre as recuperações por recebimento das operações de crédito

anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Receitas de operações de crédito” no valor de R\$ 561 (R\$ 425 em 2020).

A posição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa correspondente, é a seguir demonstrada:

Nível de risco	Percentual de provisão	Posição da carteira		Provisão constituída	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
AA	0,00	227	-	-	-
A	0,50	85.867	80.634	429	403
B	1,00	177.390	168.957	1.774	1.689
C	3,00	48.908	38.356	1.467	1.151
D	10,00	3.004	3.468	301	347
E	30,00	459	-	138	-
F	50,00	190	-	95	-
G	70,00	-	-	-	-
H	100,00	712	489	712	489
Total		316.757	291.904	4.916	4.079

6. Ativos fiscais correntes

Referem-se a imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa mensal a compensar.

7. Ativos fiscais diferidos

Referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e serão realizados à medida que se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos é estimada em 93% no 2º ano e 7% nos próximos anos. O valor presente, calculado com base na taxa de captação (CDI), equivale a R\$ 2.080. A natureza e base são a seguir demonstradas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.916	4.079
Provisão de processo cível	2	2
Provisão s/garantias prestadas	10	93
Provisão outras contingências fiscais/trabalhistas	380	307
Total das diferenças temporárias	5.308	4.481
Imposto de renda - alíquota de 25%	1.327	1.120
Contribuição social - alíquota de 20%	1.061	896
Total dos ativos fiscais diferidos	2.388	2.016

8. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 36.998 (R\$ 46.752 em 31/12/2020) e outros bens no montante de R\$ 2.278 (R\$ 2.278 em 31/12/2020), não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento.

9. Outros Ativos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas a receber (a)	1.153	1.231
Adiantamentos salariais	256	34
Devedores por depósitos em garantia (b)	1.452	3.297
Créditos a receber (c)	25.672	19.874
Total	<u>28.533</u>	<u>24.436</u>
Ativo circulante	7.935	6.139
Ativo não circulante	20.598	18.297

- (a) Referem-se basicamente a comissão de fiança prestada a receber.
 (b) Corresponde a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.
 (c) Os créditos a receber correspondem substancialmente à valores a receber relativo a venda de bens não de uso próprio, anteriormente registrados em "Outros valores e bens".

10. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoa jurídica	3.780	5.089	115.086	152.314
Pessoa física	263	488	73.281	67.619
Instituições financeiras	-	-	596	916
Investidores institucionais	-	-	6.557	6.465
Total	<u>4.043</u>	<u>5.577</u>	<u>195.520</u>	<u>227.314</u>
Passivo circulante	4.043	5.577	15.508	6.977
Passivo não circulante	-	-	180.012	220.337

11. Recursos de letras de crédito imobiliário

Os recursos de letras de crédito imobiliário são a seguir demonstrados:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoa física	92.215	95.785
Instituições financeiras	54.550	47.038
Total	<u>146.765</u>	<u>142.823</u>
Passivo circulante	115.689	97.103
Passivo não circulante	31.076	45.720

12. Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 744 (R\$ 744 em 31/12/2020) referem-se a recursos a repassar do Programa Minha Casa Minha Vida.

13. Provisões

O saldo de "Provisões" no montante de R\$ 2.747 (R\$ 2.453 em 31/12/2020) refere-se a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 995 (R\$ 769 em 31/12/2020), provisões para contingências R\$ 1.742 (R\$ 1.591 em 31/12/2020) e garantias prestadas no montante de R\$ 10 (R\$ 93 em 31/12/2020).

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida.

A classificação das demandas judiciais, efetuada pelos nossos assessores jurídicos, é a seguir demonstrada:

Matéria	Perda provável				Perda possível			
	valor		qtde		valor		qtde	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Processos cíveis	2	1	1	1	17.836	17.577	54	53
Processos trabalhistas	12	12	1	1	-	-	-	-
Processos fiscais	70	63	1	1	1.658	1.515	2	2
Total	84	76	3	3	19.494	19.092	56	55

A composição e movimentação das provisões para contingências é a seguir demonstrada:

Matéria	30/06/2020	Adição	Baixa	31/12/2020	Adição	Baixa	30/06/2021
Cível	12	-	(11)	1	1	-	2
Trabalhista	11	1	-	12	-	-	12
Tributária	1558	20	-	1.578	150	-	1.728
Total	1.581	21	(11)	1.591	151	-	1.742

14. Obrigações fiscais correntes

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para IRPJ e CSLL	4.797	12.412
Outros impostos e contribuições a recolher	1.420	1.831
Total	6.217	14.243

15. Outros passivos

O saldo de “Outros passivos” no montante de R\$ 507 (R\$ 7.009 em 31/12/2020) refere-se basicamente a relações interdependências no montante de R\$ 369 (juros sobre o capital próprio a pagar aos acionistas no valor de R\$ 6.800 em 31/12/2020).

16. Despesas de pessoal

	30/06/2021	30/06/2020
Proventos	3.471	3.638
Encargos sociais	1.087	1.252
Benefícios	755	741
Outros	567	556
Total	5.880	6.187

17. Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Aluguéis e condomínio	726	707
Manutenção e conservação de bens	471	47
Processamento de dados	405	360
Serviços do sistema financeiro	276	290
Serviços técnicos especializados	732	290
Outras	568	453
Total	3.178	2.147

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2021	30/06/2020
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social no semestre		
Resultado do semestre antes da tributação sobre o lucro	15.082	17.739
Adições	2.035	2.275
Exclusões	(6.430)	(332)
Valor do lucro real	10.687	19.682
Imposto de Renda a alíquota de 15%	(1.603)	(2.953)
Adicional de Imposto de Renda a alíquota de 10%	(1.057)	(1.956)
Contribuição Social - alíquota vide nota 2.2.9	(2.137)	(3.629)
Ativo fiscal diferido	372	383
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.425)	(8.155)

19. Resultado não operacional

Refere-se majoritariamente ao resultado obtido na alienação dos bens não de uso e de taxa de ocupação de imóvel registrados em Outros Valores e Bens.

20. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo				Despesa de captação	
	Relações interdependências		Depósitos a prazo		Semestres findos em	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
OMEGA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIP.LTDA	143	23	1.428	2.440	17	27
JSGJ PARTICIPAÇÕES LTDA	166	5	884	627	10	7
TRICURY ARMAZÉNS LTDA	43	12	12.695	11.945	186	193
MIURA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	12	5	37	36	-	1
JJ ANDRE DE ALMEIDA EMPREEND.IMOB.LTDA	-	-	123	393	2	7
AÇOCÊ EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA	5	-	-	-	-	-
TRISUL PARTICIPAÇÕES SA	-	-	77.359	96.044	1.111	2.305
Total	369	45	92.526	111.485	1.326	2.540

	Operações de crédito		Receita de operações de crédito	
	Empréstimos		Semestres findos em	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
TRISUL SA	9.185	10.015	332	134
TRICURY CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	9.185	10.015	332	134
Total	18.370	20.030	664	268

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do semestre.

O salário atribuído no período ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 380 (R\$ 358 em 2020).

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2021 e homologada pelo Banco Central do Brasil, foi aprovado o aumento do Capital Social em R\$ 26.000, mediante capitalização da reserva legal de R\$ 3.505 e reservas estatutárias de R\$ 22.495. O Capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (386.552.410 em 2020).

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 50% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco realizou distribuição de dividendos que totalizaram R\$ 480 (R\$ 360 em 2020) e creditou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 5.300.

22. Resultado não recorrente

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O Banco não possui resultado não recorrente no período.

23. Outras informações

a) Acordo de Basileia – limite operacional

O Banco encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução CMN nº 2.099/94 que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do Patrimônio de referência e do Patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas Resoluções CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13. O índice de Basileia Amplo do Banco corresponde a 50,93% (49,60% em 2020).

b) Gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital

i) Em atendimento à Resolução CMN nº 4557 e em conformidade com o seu segmento (S4) o Banco implementou estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital.

Essa estrutura é compatível com a exposição aos riscos assumidos pelo Banco e prevê o gerenciamento integrado e contínuo dos seguintes riscos associados:

Risco de Crédito: Risco associado à possibilidade do tomador não honrar suas obrigações nos termos dos contratos bem como a insuficiência da garantia em liquidar os débitos existentes.

Risco de Mercado: Risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação das taxas de juros acarretando redução dos valores de mercado das posições assumidas.

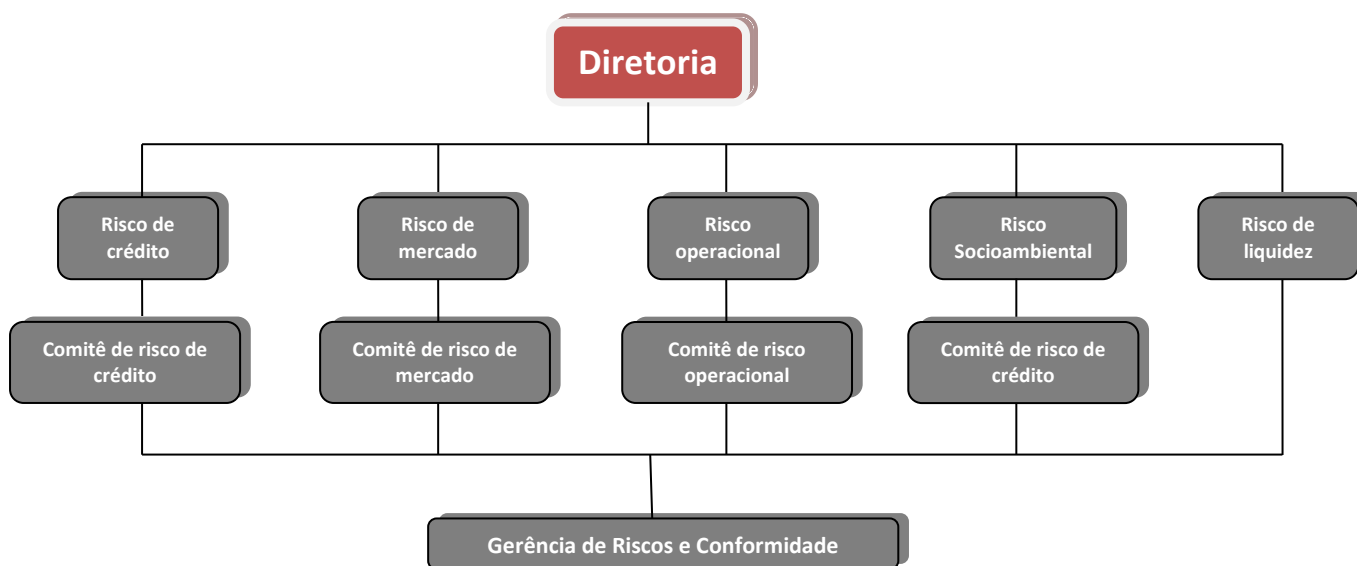
Risco Operacional: Possibilidade de perdas financeiras devido a impactos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência de contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) para cobrir as obrigações (saídas de caixa) da instituição no horizonte temporal analisado.

Pelas características das operações realizadas pela instituição, o risco Sócio Ambiental é contemplado em nossas políticas porém não representa risco considerado como relevante.

Todas as políticas de gerenciamento de riscos da Instituição são aprovadas pela Diretoria e encontram-se divulgadas em nosso site corporativo.

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos



Gerenciamento de capital

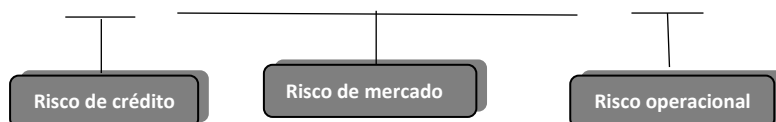
A gestão de capital faz parte do sistema de avaliação de riscos da Instituição, efetuado com o intuito de manter o capital em nível suficiente para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

A suficiência de capital deve abranger, além do capital regulatório, previsto no Pilar I de Basileia conhecido como PRE (Patrimônio de Referência Exigido), o Capital Adicional, previsto no Pilar II e que considera diversos outros riscos, tais como:

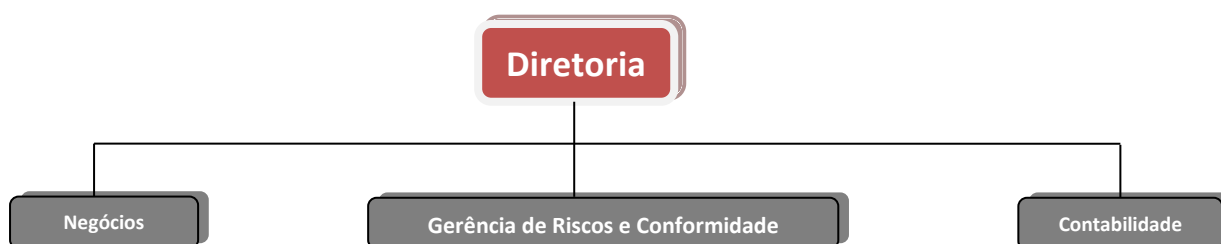
- a) Risco de liquidez e inadimplência;
- b) Risco de concentração.

Outra função importante do gerenciamento de capital é assegurar que a instituição mantenha, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos assumidos, representado pelo PRE (Patrimônio de Referência Exigido). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$\text{PRE} = \text{Pepr} + \text{Pjur} + \text{Pacs} + \text{Pcom} + \text{Pcam} + \text{Popr}$$



Estrutura de Gerenciamento Integrado de Capital



ii) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

c) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

O Banco Tricury vem tomando todas as medidas e cuidados para minimizar os efeitos decorrentes da pandemia do COVID19.

Não tivemos efeitos relevantes no resultado do semestre, na carteira de operações de crédito ou em qualquer outro negócio do Banco Tricury decorrentes do COVID19.

d) Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que requeressem ajustes contábeis ou divulgação.

José Roberto Cury
Diretor

Rogério Dias
Contador
CRC 1SP 180.027/O-0